

PARECER | OBSERVATÓRIO DO PINHAL DO REI

**RELATÓRIO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DAS MATAS LITORAIS | COMISSÃO
CIENTÍFICA**

Marinha Grande | 07 Janeiro de 2019

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO.....	3
2. PRINCÍPIOS E AÇÕES PROPOSTAS PELA CCPRML QUE O OBPR CONSIDERA MAIS RELEVANTES.....	3
3. PRINCÍPIOS E AÇÕES PROPOSTAS PELA CCPRML QUE O OBPR CONSIDERA NECESSITAR DE MELHORIA E/OU REVISÃO.....	5
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	8
5. PROPOSTAS.....	10
ANEXO	

1. ENQUADRAMENTO

Considerando que a Comissão Científica do Programa de Recuperação das Matas Litorais (CCPRML), tem como missão a partilha de informação técnica e científica relativa à gestão das matas litorais e melhoria da capacidade das entidades gestoras na execução das operações de estabilização de emergência, reabilitação de habitats e recuperação das matas litorais afetadas pelos grandes incêndios de 15 de outubro de 2017.

Considerando que o objetivo principal da CCPRML é a análise de sete perímetros florestais e matas nacionais de Vagos, Dunas e Pinhais de Mira, Dunas de Cantanhede, Dunas de Quiaios, Urso, Pedrógão e Leiria, totalizando uma área de 25.030 ha, que na sua generalidade, são matas litorais, localizadas em cordões dunares de substrato arenoso e cuja espécie florestal principal é o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*).

Considerando o Observatório do Pinhal do Rei (OBPR), criado pelo Despacho n.º 4263/2018 de 4 de abril de 2018, cuja missão é interpretar, acompanhar e monitorizar o Plano de Recuperação da Mata Nacional de Leiria (MNL), também designada por Pinhal do Rei (PR), à escala local (concelho da Marinha Grande), e tendo entre as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o ponto 3.b), a emissão de pareceres sobre relatórios de progresso.

Considerando a apresentação pública, na Marinha Grande em 11-10-2018, do “Programa de Recuperação das Matas Litorais”, desenvolvido pela CCPRML, e o envio posterior aos membros do OBPR, a 22-10-2018, dos capítulos/tarefas que integram o Relatório do Programa de Recuperação das Matas Litorais.

Os membros do Observatório do Pinhal do Rei, após analisarem os dossiers recebidos, elaboraram o presente documento, cujo objetivo é contribuir para o delineamento de um conjunto de recomendações, para o futuro do Pinhal do Rei, em colaboração com a CCPRML, mas também, e sobretudo, com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) que é o decisor final a quem cabe tomar as decisões que virão refletir o futuro Pinhal do Rei, nomeadamente através do Plano de Recuperação do Pinhal do Rei.

2. PRINCÍPIOS E AÇÕES PROPOSTAS PELA CCPRML QUE O OBPR CONSIDERA MAIS RELEVANTES

Após análise e reflexão dos diversos capítulos que integram o Relatório da CCPRML, os membros do OBPR selecionaram um conjunto de advertências, recomendações e propostas de ações que consideram ser de grande relevância e interesse para a reabilitação do Pinhal do Rei, e que gostariam de ver incluídas no Plano de Recuperação, a realizar pelo ICNF, nomeadamente:

- A constatação de que o incêndio, de Outubro de 2017, foi o de maior dimensão (após os incêndios de 1993 e 2003 que queimaram respetivamente um terço e um quinto da área ardida em 2017) e que como em “qualquer fogo nascente que em condições pirometeorológicas extremas escape à primeira intervenção e se desenvolva em espaço florestal contínuo, homogéneo em estrutura e em composição, e não sujeito a gestão do combustível na escala adequada inevitavelmente se transformará num incêndio grande e severo” (Relatório da CCPRML, 2018);

- A implementação de um modelo de silvicultura preventiva e a necessária alocação de meios e capacitação dos órgãos responsáveis pela gestão da floresta pública, neste caso, o ICNF, para garantir a adequada gestão florestal da Mata Nacional de Leiria;
- A necessidade de abordar o tema das invasoras lenhosas, tão importante e fulcral para a recuperação das áreas ardidas, de uma forma transversal com outras áreas (especialmente as áreas das Tarefas 4 – Modelos de Silvicultura), nomeadamente os métodos de monitorização, controlo e a respetiva avaliação económica;
- Considera-se que a Mata Nacional de Leiria deverá ser reflorestada com recurso às espécies que sempre foram dominantes neste espaço, embora se reconheça a necessidade de introdução de outras espécies arbóreas que aumentem a biodiversidade e diminuam a propagação de incêndios. Neste sentido, considera-se muito pertinente a proposta de “Áreas de Planeamento florestal distintas da situação de referência”, como referido na Tarefa 3.3, através da promoção ou instalação de povoamentos mistos contendo espécies florestais diversas e uma heterogeneidade de paisagem propiciadora da recuperação e restauro de diversos tipos de habitats. A proposta passa por Intercalar, quando edafoclimaticamente possível, talhões de povoamentos mistos de pinheiro-bravo (espécie dominante), pinheiro-manso, sobreiro e/ou outras folhosas entre os talhões puros de pinheiro-bravo, tendo em conta as 4 regiões de vegetação natural existentes: pinheiro-bravo e pinheiro-manso com zimbros (*Juniperus turbinata* e *J. navicularis*); medronhais com samoucos e carrascos arbóreos (*Arbutus unedo*, *Morella faya* e *Quercus rivasmartinezii*); sobreiros e árvores ripícolas;
- Os autores da tarefa 4.2 demonstram consonância com outros, relativamente à proposta para inclusão preferencial de sobreiro, em puro ou consociado com pinheiro-manso ou bravo e outras folhosas para as zonas envolventes às áreas edificadas;
- Quanto à promoção de redes de monitorização de vários grupos florísticos, faunísticos e de habitats, proposta por vários grupos de trabalho da Comissão Científica, parece-nos fundamental – e muito embora se considere que já deveriam estar implementadas redes de monitorização, desde o incêndio de outubro de 2017 – que estas redes fossem de longo prazo e beneficiassem, no curto prazo, de linhas de financiamento do ICNF, para levar a cabo os estudos e experiências necessárias para responder a algumas recomendações da Comissão Científica que de outro modo não serão respondidas, resultando numa gestão deficiente da MNL;
- A adoção de sistemas de monitorização, para a MNL, numa abordagem B.A.C.I. (Before, After, Control, Impact) aproveitando o conhecimento existente anterior ao incêndio de 2017, por exemplo, através da reativação das parcelas experimentais como sugerido por alguns autores do Relatório;
- A existência de modelos de sensibilização e informação públicas, assim como a gestão participada das Matas Litorais, são defendidas como elementos essenciais para o futuro destes espaços florestais multifuncionais. Segundo os autores, **“justifica-se um processo de reflexão o mais inclusivo e transparente possível, tendo em conta a necessidade de definição de políticas de gestão florestal de longo prazo, ainda que isso implique um processo de decisão mais demorado”**. A participação pública não se pode limitar à informação, é preciso capacitar as pessoas e organizações locais garantindo assim a participação que até hoje nunca foi atingida, apesar de prevista na lei de bases da política florestal, datada de 1996;
- A análise e as propostas apresentadas na Tarefa 5. são esclarecedoras do papel da participação pública para o futuro das matas litorais. Dada a natureza do Observatório

do Pinhal do Rei, das suas funções e objetivos, as medidas propostas são essenciais para a realização desta instituição. Para garantir participação pública tem de haver capacitação, medidas pelas quais também este Observatório aguarda, pois até hoje, além da definição dos seus membros e objetivos, decorridas várias reuniões e tendo sido solicitado pelo Ministro da Agricultura a emissão de um parecer sobre o relatório das matas litorais, ainda não foram atribuídos quaisquer meios de suporte ao seu funcionamento.

3. PRINCÍPIOS E AÇÕES PROPOSTAS PELA CCPRML QUE O OBPR CONSIDERA NECESSITAR DE MELHORIA E/OU REVISÃO

Ao longo dos diversos capítulos do Relatório são propostas ações a serem tomadas a curto, médio e longo prazo, para além de várias recomendações específicas. Neste sentido, considera-se que a CCPRML poderia propor um conjunto de recomendações e de ações gerais, que tivessem em conta as recomendações específicas, mas que as coordenasse de modo a não haver sobreposições nem contradições dispersas entre os diversos capítulos. Nos casos onde não há acordo entre os autores, essas discordâncias deviam estar explícitas no relatório e fundamentadas para apoio à decisão.

Por outro lado, foram detetados vários capítulos/tarefas em falta, alguns deles referenciados noutros. Seria relevante que o Relatório fosse concluído na sua plenitude, e que, à medida que os capítulos em falta forem desenvolvidos, entre os quais:

- Recuperação das parcelas de estudo,
- Normas para a condução de povoamentos ardidos,
- Sistema de apoio à gestão das Matas Litorais,
- Modelos de Silvicultura Preventiva,
- Museu Nacional da Floresta,
- Entre outros que o OBPR desconheça a previsão de execução,

sejam partilhados com o OBPR, assim como a versão final de alguns capítulos que parecem estar inacabados, de forma a garantir o acompanhamento de todos os trabalhos seguintes, nomeadamente a incorporação no Plano de Recuperação do Pinhal do Rei, das considerações tecidas pela CCPRML neste Relatório. Neste contexto, referem-se algumas considerações relativas a propostas de ação que na ótica do OBPR, deveriam ser objeto de melhoria e/ou revisão, nomeadamente:

- Ao nível dos Modelos de Silvicultura Gerais (Tarefa 4.1) é perceptível a proposta de silvicultura dinâmica, contudo, ao nível dos Planos de Gestão Florestal (PGF's) das Matas Litorais tudo continuará a depender dos modelos de silvicultura propostos em sede de revisão do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL), que prioriza a função produtiva do Pinhal do Rei e a continuidade do modelo de monocultura de pinheiro-bravo. Este aspeto manifesta falta de articulação com autores de outras Tarefas, contrariando algumas das propostas de melhoria apresentados noutros capítulos do Relatório da Comissão Científica. Sendo esta temática comum com o PROF CL, cujo prazo para consulta pública terminou a 21-11-2018, é de lamentar que a entidade de tutela não tenha tido em conta este Relatório da Comissão Científica, que para além da extrema importância, rigor e relevância das propostas que apresenta, é tutelada pela mesma entidade (ICNF). Em suma, estando os Modelos de Silvicultura Gerais dependentes dos modelos de silvicultura propostos em sede de revisão do PROF-CL, as decisões previamente assumidas por este Plano poderão contrariar algumas das propostas de melhoria aqui apresentados pela Comissão Científica;

O relatório da tarefa 3.2 enuncia: O programa será integrado nos instrumentos de planeamento e gestão florestal em vigor, em especial nos planos regionais de ordenamento florestal (PROF, que se encontram em fase final de revisão) e nos planos de gestão florestal (PGF), os quais nos termos do despacho acima referido, deverão ser alvo de revisão, ou de alteração das versões existentes mas não aprovadas, ou ainda de outros instrumentos de planeamento relevantes (p.ex. PDM e PMDFCI). Considera-se, assim, de reforçar neste parecer esta intenção em vez de dar como perdida a oportunidade. O Plano de Situação do Espaço Marítimo, por exemplo, está atualmente na 2ª consulta pública após integração das alterações sugeridas pela APA e pelo ICNF. Seria benéfico que pudesse ocorrer o mesmo com o PROF. Mais se considera que se deveria destacar e reforçar o papel da MNL como “Floresta Modelo” onde, consequentemente deverá ser implementado um sistema de inventariação-avaliação-monitorização-adaptação integrado, dinâmico e contínuo;

- Relativamente ao Modelo de Silvicultura assente no aumento de produtividade, proposto no Relatório, o OBPR não está de acordo com a estratégia de continuidade que mantém como 1.ª prioridade apenas a produção, e o modelo de floresta de monocultura que é, já por si, profundamente alterado e artificial, e que num contexto de exploração intensiva reverte para a diminuição da biodiversidade e aumento do risco de incêndios. Neste contexto, o OBPR apela para a pro atividade do ICNF, de modo a contemplar nos seus PGF’s uma gestão preventiva e uma floresta de usos múltiplos que privilegie a biodiversidade, a segurança contra incêndios, e a qualidade de vida das populações locais;
- Ainda nas Tarefas relativas aos Modelos de Silvicultura no que respeita à minimização da progressão de espécies exóticas invasoras, as ações propostas parecem insuficientes, havendo aqui necessidade de articular propostas concretas com os autores da Tarefa 3.1 – “Monitorização e controlo de plantas invasoras” que propõem um conjunto de medidas mais abrangente, por tipologia de espécie, metodologias de controlo e prioridades de intervenção;
- Embora o eucalipto não seja considerado espécie invasora, pelo Decreto-Lei 565/99 de 21 de dezembro, torna-se necessário reportar e acompanhar a evolução de um grande número de indivíduos desta espécie que germinaram, no pós fogo, em redor de alguns núcleos pré-existentes junto às margens do Ribeiro de São Pedro de Moel. Atualmente há algumas manchas desta espécie que já perfazem áreas com cerca de 200 metros (p.e. na Valdimeira e Tremelgo), pelo que se considera necessária a tomada de medidas imediatas de controlo, de forma evitar a alteração do coberto florestal original, em áreas de excelência para o recreio e lazer das populações locais;
- Os autores do documento, Tarefa (b) – “Estabilização de emergência. Monitorização da erosão eólica e hídrica e definição das ações de intervenção mais eficientes” focam-se nas questões da erosão eólica e hídrica para as margens dos recursos hídricos, com incidências nas de maior declive, não abordando uma área, que é essencial (e está atualmente sujeita a um elevado risco eólico, comprometendo a viabilidade de todo o pinhal de interior de produção), que é a orla costeira da Mata Nacional de Leiria (arborizada artificialmente pelo homem). Para esta área é crucial desenvolver um estudo mais detalhado, com incidência nos aspetos de erosão e dinâmicas costeiras, tema de base e essencial para complementar os capítulos do presente Relatório;
- Não é feita qualquer referência à erosão acelerada do cordão dunar frontal, importante pelo efeito de barreira ao vento marítimo na regeneração da vegetação e no êxito de futuras plantações ou sementeiras, impedindo também eventuais galgamentos oceânicos. A proteção costeira contra a erosão e alagamento é um

serviço prestados pelos sistemas dunares que não deve ser descurado na reflexão sobre o planeamento das Matas Litorais em geral e na Mata Nacional de Leiria em particular. Desde a ocorrência do incêndio de 2003 na MNL, assiste-se à formação por destabilização do cordão dunar frontal, de uma duna com cerca de 50 metros de progressão para o interior do pinhal de proteção, ocorrência que se considera fundamental reportar e monitorizar. A agravar ao efeito erosivo sobre as dunas eólicas, agora desprovidas de vegetação, acresce a problemática das viaturas todo-o-terreno que circulam nestas áreas de forma completamente desordenada e sem qualquer tipo de vigilância da entidade de tutela;

- A proposta de deixar que as dinâmicas da vegetação natural se desenvolvam naturalmente, pela via seminal e/ou vegetativa após incêndios, sem ações de restauro ativas, nomeadamente na orla pré-florestal e franja florestal (zona de proteção) parece-nos insuficiente, sobretudo nas áreas que foram atingidas por incêndios anteriores (como o de 2003), sujeitas atualmente a um elevado risco de erosão, e que em nosso entender irão necessitar de ações de restauro ativas (de acordo com o que defendem, os autores da Tarefa 3.3);
- As áreas seminaturais que resultaram da arborização artificial pelo homem em finais do séc. XIX, início do séc. XX, deveriam ser objeto de análise e de propostas mais concretas, uma vez que poderão carecer de medidas de restauro ativas, tais como as que são identificadas por alguns autores que propõem a Regeneração Natural Assistida (onde se refere que “sempre que a regeneração formada não atinja valores considerados satisfatórios deverá ser prevista a sementeira/plantação artificial, como complemento”);
- Quando se aborda a questão das áreas protegidas e sítios da Rede Natura 2000 para a Mata Nacional de Leiria, os autores não referem a existência e importância que a região do Samouco (classificada como Biótopo Corine C12300073) tem para a MNL, a nível Europeu, o que em nosso entender deverá ser considerado. Apenas os autores da Tarefa (a) – “Monitorização do impacte dos incêndios e estratégia e técnicas de reabilitação de habitats, de espécies e de ecossistemas aquáticos e ripícolas” realçam a importância desta área para a conservação da natureza, no entanto, não fazem referência à sua localização nem ao facto de não ter ardido na sua totalidade;
- Para áreas de prioridade elevada da MNL (Ribeiro de São Pedro e Lagoa da Saibreira), propõem-se medidas de recuperação e restauro, ficando por priorizar outros recursos hídricos de grande importância para o Pinhal do Rei, como as margens do Rio Lis, bem como a referência ao enquadramento de recreio, lazer e uso multifuncional que estas áreas representam para a população;
- O Ribeiro de São Pedro de Moel e seus afluentes são por tradição, os locais mais emblemáticos da Mata Nacional de Leiria, usados pelas populações locais na celebração dos mais diversos acontecimentos sociais. Esta forma de uso, prevista pelo PGF de 2010, incute na sociedade civil, um elevado sentido de responsabilidade perante a monumentalidade da floresta, construindo em cada indivíduo um verdadeiro espírito de respeito, conducente à conservação dos espaços naturais, que se herdaram do passado e se transmitem para as gerações futuras. Neste sentido, considera-se ser uma 1.ª prioridade recuperar todos os locais da MNL destinados ao recreio e lazer;
- Ao longo dos diversos capítulos do Relatório, são pouco frequentes as referências ao património construído do PR e a importância da sua manutenção/reabilitação após o incêndio de 2017. Neste contexto, considera-se que estão em falta propostas concretas que visem a reabilitação das Casas da Guarda, Pontos de Vigia, Fontanários,

e Parques de Merendas, que devem ser recuperados para serem colocados ao serviço da Mata Nacional de Leiria e da população local. Para além deste singular património histórico, há ainda um conjunto de vestígios arqueológicos que fazem parte integrante da história do Pinhal do Rei, e que correm o risco de se perderem a curto prazo se não se manifestar alguma sensibilidade para a sua recuperação;

- Relativamente ao capítulo alusivo ao Museu da Floresta, e embora não tenhamos ainda recebido o documento para análise, realçamos, de acordo com a apresentação pública realizada na Marinha Grande a 11-10-2018, a intenção de se vir a recuperar o programa museológico do Museu da Floresta, realizado em 2010 por uma comissão nomeada, em 2007, pelo Governo e constituída por 3 entidades públicas. Efetivamente, a maioria das considerações tecidas nesta apresentação pública, relativamente ao Museu da Floresta, já foram previamente estudadas e desenvolvidas neste programa, reduzindo a necessidade de se gastarem recursos com novos estudos e projetos que se possam sobrepor e continuar a adiar a concretização do Museu. A instalação do Museu está prevista, desde há muitos anos, para o Parque do Engenho (e Bairro Florestal de Pedreanes), porém quanto mais se adia a sua concretização, menor é a possibilidade de se poder recuperar este conjunto edificado com dignidade, correndo graves riscos de perda total. De forma paralela, 20 anos após a Lei que criou o Museu Nacional da Floresta na Marinha Grande (Lei n.º 108/99 de 3 de Agosto), uma parte significativa do acervo que já foi recolhido, no passado, vai desaparecendo gradualmente até à sua perda total.

Neste sentido, cabe às entidades responsáveis, desempenhando a CMMG um papel preponderante em todo o processo, avançarem com um conjunto de medidas que vão desde a necessidade de adaptar, atualizar e melhorar o programa anteriormente realizado (no, e para o contexto atual), numa lógica de implementação faseada, sendo que, o mais importante e que está ainda por fazer, é a tomada de decisões relativamente à tutela, ao modelo de gestão e ao financiamento (de implementação e manutenção) necessário para garantir toda estrutura;

- Para associação futura com o Museu da Floresta ou numa estrutura independente, a instalar no curto prazo, considera-se urgente a implementação de um “Centro de Interpretação do Pinhal do Rei”. Para além da cidade da Marinha Grande não possuir até à data uma estrutura desta natureza, há um conjunto de edifícios florestais fechados e desaproveitados, que com reduzido investimento facilmente poderiam ser requalificados para este fim (p.e. diversos edifícios do Bairro Florestal de Pedreanes, o Chalet de São Pedro de Moel, ou algumas Casas de Guarda). O “Centro de Interpretação do Pinhal do Rei” poderia ser para além de um espaço de visitação e interpretação, dedicado à educação e sensibilização ambiental, um polo centralizador de todas as ações de monitorização necessárias e propostas pela CCPRML neste Relatório. Ainda numa perspetiva de potenciação da multifuncionalidade da MNL e do incremento do seu valor económico, social e ambiental, considera-se ser de ponderar a inventariação, avaliação e reabilitação do património edificado existente para o turismo de natureza, residências de investigação científica e/ou artísticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Em Outubro de 2017, eclodiu o mais destruidor incêndio da história do Pinhal do Rei. A zona de proteção, que tantas décadas consumiu em trabalho, ardeu quase totalmente, exigindo-se neste momento que, a recuperação vegetal desta área seja implementada com a maior urgência, sob pena de se perder uma área maior, consumida pelo movimento dunar que já se verifica e, sequentemente, colocar em perigo a zona de

produção situada a nascente do grande cordão dunar. Já se verifica, passado um ano do grande incêndio, o aumento das zonas invadidas pelas areias arrastadas pelos ventos dominantes, colocando-se em risco toda esta área de proteção costeira florestal.

- Na perspetiva do restauro ativo dos habitats (Tarefa 3.3), sobretudo para a zona de proteção, com recurso a plantação de espécies ‘engenheiras’, e/ou habitats dadores, poderia ser considerado o núcleo da região do Samouco (que não ardeu), e que atualmente ainda encerra um conjunto de habitats com algumas espécies de *Morella faya*, e *Arbutus unedo* passíveis de virem a colonizar (de uma forma passiva ou ativa) as áreas adjacentes ardidas da zona de proteção da MNL.
- Em 1985 a Comissão Europeia iniciou o Programa Corine Biótopos com o objetivo de criar uma base de dados sobre os ecossistemas, Habitats e espécies em declínio nos países da UE e/ou com interesse para a conservação. Neste sentido, cada país membro da UE elaborou uma lista de sítios com base nas espécies e Habitats prioritários para a conservação, do qual resultou uma rede conjunta de sítios designada por “CORINE Biotopes Sites database”. A construção da lista de sítios da Rede Natura 2000, foi elaborada pela Agência Europeia do Ambiente a partir da base de dados sobre espécies e Habitats efetuada pelo Programa Corine Biótopos. Esta base de dados continha em 1995 informação sobre 7.741 sítios relevantes para a conservação da natureza em 13 países da UE. Com uma área aproximada de 13% em cada estado membro, foi criada uma lista de sítios Biótopos Corine em Portugal. Na zona costeira na MNL foi selecionado um sítio Biótopo Corine, localizado na zona do Samouco e que encerra habitats sensíveis prioritários para a conservação da natureza na UE. Este Biótopo de código (COD_CORINE C12300073), tem uma área aproximada de 8 Km² e está situado nas coordenadas 129.040,701; 314.452,743 (metros). O Biótopo Corine do Samouco foi o único classificado na MNL, no entanto por se tratar de uma Mata com características maioritariamente de produção, lamentavelmente este biótopo não chegou a ser proposto, na época, para inclusão na Rede Natura 2000, sendo que, nas propostas atuais, considera-se que o Samouco deverá ser considerado como um local de elevado interesse, do PR, para a conservação da natureza, com ações específicas que tenham como objetivo principal, a sua recuperação e conservação.
- Considera-se manifestamente redutor que seja desconhecida qualquer outra ação de estabilização de emergência tomada na Mata Nacional de Leiria após os fogos de 2017, para além da ação de emergência realizada, em dezembro de 2017, com colocação de faxinas numa vertente do Ribeiro de São Pedro, o que traduz a incapacidade dos organismos responsáveis pela gestão da MNL para responder a estas situações, assim como da incapacidade e desarticulação entre outras forças locais para responder de forma complementar à situação em causa.
- Seria importante considerar-se um plano de amostragem e monitorização do banco de sementes, para que haja conhecimento não só das espécies que constituem esse banco de sementes, como da sua capacidade de resposta no futuro e também da sua viabilidade.
- A criação de um banco de germoplasma ao nível das Matas Litorais (ML) será importante para garantir uma resposta mais adequada em situações futuras em que seja necessário recuperar áreas ardidas ou áreas com menor capacidade de regeneração natural, com material seminal de proveniência das ML, não se limitando apenas ao pinheiro-bravo e espécies arbóreas, mas também a espécies arbustivas e até herbáceas.

- Para além da condução dos povoamentos de pinheiro-bravo, seria importante abordar um capítulo destinado à regeneração natural em dunas, à sua estabilização e recuperação, atendendo a outras espécies que não só o pinheiro-bravo.
- Entre os 10 PGF atualmente em vigor, 7 não obtiveram qualquer contributo em consulta pública e 3 tiveram apenas 1 contributo, sendo que os mesmos não foram tornados públicos e nada se sabe sobre a sua inclusão. Estes factos provam a grande desvalorização da participação cívica no delineamento de estratégias de gestão florestal e territorial, situação que se considera fundamental corrigir.
- Um documento com a importância do Relatório da CCPRML, realizado através do envolvimento de prestigiadas instituições de investigação científica e de ensino superior, não deveria ser apresentado e divulgado de forma claramente inacabada e sem os necessários trabalhos de revisão e consolidação. A realização de trabalho técnico-científico capaz de responder ao interesse público exige tempo e recursos que importam disponibilizar atempadamente.
- Tendo em conta:
 - A relevância das MN Litorais para a conservação da natureza, pese embora nenhuma das informações prestadas até à data o mencione ou quantifique, as MN Litorais constituem, muito provavelmente, a maior área contínua do país pertencente à Reserva Ecológica Nacional e, dentro desta identificada em categorias associadas à prevenção de riscos. Neste sentido, consequentemente pertencem às Estruturas Ecológicas Municipais dos concelhos que atravessam;
 - A importância da conservação desta área terrestre na manutenção do território nacional, designadamente ao nível estratégico de defesa e soberania;
 - A reconhecida relevância atribuída ao estabelecimento de uma boa articulação e cooperação intra e interinstitucional, questiona-se a ausência, entre outros, do Ministério do Ambiente neste processo, uma vez que a representação do ICNF é feita, essencialmente, via Ministério da Agricultura e Florestas.
- Seria relevante e útil desenvolver a matriz de compatibilidades efetuada (dada a conhecer na apresentação do Programa efetuada em 11 de Outubro passado), de forma a garantir uma lógica de multifuncionalidade, enquanto instrumento de apoio à decisão, incorporando aptidões e condicionantes do espaço e entre usos e funções. Neste sentido, considera-se essencial que sejam identificados todos os bens e serviços prestados pelos ecossistemas presentes, sugerindo que, para esse propósito, seja feita a avaliação dos serviços dos ecossistemas atuais e potenciais.
- Deverá ser garantida a conectividade ecológica entre a MNL e outras estruturas de âmbito regional, seja no que se refere à contiguidade com outras ML's ou outros sistemas e corredores ecológicos terrestres e aquáticos, no sentido litoral-interior, estabelecendo uma articulação eficiente entre a infraestrutura verde e azul.
- Considera-se ser de ponderar a criação de uma marca associada à MNL, em particular, e às MN Litorais, em geral, eventualmente dentro da iniciativa natural.pt que permita trazer valor acrescentado à região.

5. PROPOSTAS

- Propõe-se o término dos capítulos em falta ou inacabados e a elaboração de um capítulo de síntese com as considerações técnicas gerais do Relatório e um sumário não técnico dirigido e disponibilizado para a população em geral. Importa ainda agregar os diversos capítulos num documento único e consolidado.
- Salienta-se que um documento desta natureza, elaborado por oito prestigiadas Instituições Portuguesas de Ensino Superior e/ou Investigação Científica, é um documento de grande relevância, que deve ser tido em conta pelas entidades de tutela, e não representar apenas algumas linhas orientadoras tecidas em capítulos ainda inacabados e/ou elaborados de forma “avulsa”. A Comissão Científica deve ser capacitada com os recursos necessários para dar resposta em tempo útil à produção do Programa de Recuperação das Matas Litorais e da Mata Nacional de Leiria, assim como para os respetivos Planos de Gestão Florestal.
- Encontra-se ainda por fazer a integração, articulação, compatibilização e síntese das matérias sectoriais para a definição final geral do Programa. As abordagens realizadas sob a temática da paisagem apresentadas revelam-se fragmentadas, incompletas e insuficientes para cerzir as diferentes visões num corpo lógico, coerente e eficaz. O próprio PROF-CL abrange apenas uma das dimensões da Paisagem (a estética) limitando e induzindo em erro as análises A posteriori. Assim, propoe-se:
 - Identificar, caracterizar e demarcar as unidades de paisagem como base de coerência territorial para a definição de medidas específicas de gestão e proceder à análise da paisagem com base em bacias visuais, pontos e linhas dominantes numa lógica funcionalista, que atenda particularmente à dimensão da fruição da paisagem e do recreio;
 - Inventariar e reavaliar os eixos e vias de circulação, os seus usos e funções, as suas ligações às praias, aglomerados, equipamentos e património com vista à definição de uma rede hierarquizada que garanta, em qualidade e quantidade, condições de acessibilidade, mobilidade e usufruto equilibrado dos seus valores;
 - Identificar e avaliar de uma forma integrada e sistematizada todos os riscos atuais e potenciais e as respostas que cada uma dos tipos de utilização deverá acautelar.
- O OBPR estará atento aos trabalhos seguintes, de incorporação das propostas da CCPRML no Plano de Recuperação do PR, e propõe a realização de uma conferência, de 1 a 2 dias, dedicada à apresentação dos vários capítulos do presente Relatório, convidando os diversos autores dos mesmos. Esta conferência teria como objetivo, apresentar à população local as propostas de ação que aqui são apresentadas, tornando público um documento que se considera de grande importância estratégica para a Marinha Grande e para a região, ao mesmo tempo que se promove a participação cívica da população nos processos de planeamento para o futuro do Pinhal do Rei.
- O OBPR deve ser capacitado com os recursos necessários de forma a garantir a comunicação com a população local e a articulação com o ICNF e a Comissão Científica.
- Após revisão e consolidação dos diversos capítulos que integram o Relatório produzido pela Comissão Científica, o mesmo deve ser tornado público, disponibilizado no sítio da internet do ICNF e enviado a todos os órgãos autárquicos cujo seu território integra as Matas Litorais visadas, assim como a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e ao Sr. Presidente da República.

NOTA FINAL

Este parecer foi produzido com a perspectiva e as capacidades técnicas e analíticas dos membros do Observatório do Pinhal do Rei, em regime pro-bono, num curto intervalo de tempo para análise e consensualização de ideias. Tivemos acesso a um conjunto de 11 documentos PDF, com um total de 331 páginas, no dia 22 de Outubro. Os capítulos não estavam devidamente classificados e uniformizados e a totalidade dos documentos eram desprovidos de índice. Estas condições limitaram bastante a nossa capacidade de interpretação e crítica ao documento. No dia da sua apresentação pública, a 11 de Outubro de 2018, o Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, solicitou que este Observatório emitisse parecer sobre o Relatório apresentado no prazo de duas semanas, meta que não foi possível de atingir dado o atraso no acesso aos documentos, e as limitações levantadas pelo facto do Relatório estar inacabado.

ANEXO

De forma a não desperdiçar algumas notas de leitura mais relevantes partilhadas pelos membros do Observatório, que podem não estar referidas no corpo de texto, foram produzidas as tabelas em Anexo.

ANEXO
PONTOS FORTES E FRACOS RETIRADOS DAS NOTAS DE LEITURA DOS PARTICIPANTES

TAREFAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Tarefa 1.3 - Avaliação da severidade do fogo	<ul style="list-style-type: none"> • Conclui-se que a falta de gestão do combustível na escala adequada e o facto do espaço florestal ser contínuo e homogéneo em estrutura e em composição, conduziu a um incêndio grande e severo, o que reforça a necessidade urgente do ICNF voltar a ter ao seu alcance os meios suficientes para garantir a adequada gestão florestal das matas litorais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Está em falta, uma análise detalhada sobre as consequências do elevado nível de severidade do fogo, que foi extremo em 37% da área total, na capacidade de regeneração e recuperação das matas ardidas.
Tarefa 3.1 - Monitorização e controlo de plantas invasora	<ul style="list-style-type: none"> • Destaca-se o enfâse que os autores dão à necessidade de abordar este tema de uma forma transversal com outras áreas (especialmente as áreas das Tarefas 4 – Modelos de Silvicultura). • Realça-se o cuidado dos autores em considerarem esta problemática de importante articulação com a Tarefa 5.2, sendo que, propõem a inclusão deste tema no modelo de sensibilização e informação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> • Embora o relatório, em termos de espécies invasoras exóticas, se foque principalmente em espécies florísticas, seria importante considerar também a abordagem às espécies de fauna exóticas invasoras. • Considera-se relevante que seja ponderada a articulação das medidas de controlo de plantas invasoras com as eventuais operações de fogo controlado e com o risco de incêndio aplicável a cada área e respetiva calendarização das operações.
Tarefa 3.2 - Plano estratégico para a monitorização e controlo de problemas fitossanitários	<ul style="list-style-type: none"> • Os autores focam a sua atenção nos impactes do fogo sobre o comportamento das principais pragas e doenças que afetam as matas litorais e a importância do seu controlo, com especial incidência no pinheiro bravo, retirando algumas leituras relevantes, em especial para os trabalhos imediatos para controlo de pragas e doenças, no pós-fogo. 	<ul style="list-style-type: none"> • São identificados os agentes patogénicos locais e é descrito com algum pormenor o efeito do fogo sobre os mesmos, mas não há qualquer identificação nem análise sobre os seus efeitos nas populações de organismos auxiliares, que podem garantir o controlo natural e desta forma evitar muitos problemas fitossanitários das Matas Litorais, considerando-se, portanto, necessário que seja feita uma abordagem ecossistémica ao problema e às suas soluções para efetivar o controlo fitossanitário. • Apesar do plano de ação ser dividido por fases de curto, médio e longo prazo, as medidas a tomar em cada fase estão pouco explícitas. Ao longo do capítulo são feitas referências a outros capítulos/tarefas que não são perceptíveis nem sabemos onde consultar, demonstrando desarticulação entre

		<p>os diversos documentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um dos maiores riscos fitossanitários para as Matas Litorais, o nemátodo do pinheiro, praticamente não é abordado.
TAREFAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Tarefa 3.3 - Monitorização do impacte de incêndios e recuperação de habitats (terrestres)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Considera-se pertinente a proposta de “Áreas de Planeamento florestal distintas da situação de referência”. Através da promoção ou instalação de povoamentos mistos contendo espécies florestais diversas e uma heterogeneidade de paisagem propiciadora da recuperação e restauro de diversos tipos de habitats. A proposta passa por Intercalar, quando edafoclimaticamente possível, talhões de povoamentos mistos de pinheiro-bravo (espécie dominante), pinheiro-manso, sobreiro e/ou outras folhosas entre os talhões puros de pinheiro-bravo, tendo em conta as 4 regiões de vegetação natural existentes para as matas litorais: pinhal-bravo e manso com zimbros (<i>Juniperus turbinata</i> e <i>J. navicularis</i>); medronhais com samoucos e carrascos arbóreos (<i>Arbutus unedo</i>, <i>Morella faya</i> e <i>Quercus rivasmartinezii</i>); sobreiros; e árvores ripícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quando se aborda o exemplo da ‘floresta de proteção’ e Duna da Crastinha na Mata Nacional de Leiria, com codominância de tipos de habitat que não pinhal (vegetação esclerófila e vegetação dunar), seria importante referir também o Samouco que foi a única área do pinhal de proteção classificada como Biótopo Corine (COD_CORINE C12300073) e que, como não ardeu na totalidade, ainda encerra diversos habitats referidos pelos autores (atualmente sujeitos a impactes ambientais resultantes do pós-fogo). • Considera-se que a análise e propostas deveriam compreender uma visão sistémica da paisagem que tivesse em conta também o clima (e particularmente o regime de ventos), o solo, a água (atmosférica e terrestre) a morfologia e os bens e serviços ecossistémicos atuais e potenciais das diferentes consociações, face à realidade cultural e potenciais socioeconómicos.
<p>Tarefa (a) - Monitorização do impacte dos incêndios e estratégia e técnicas de reabilitação de habitats, de espécies e de ecossistemas aquáticos e ripícolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Propõe-se no final do primeiro ano pós fogo, a análise do estado de recuperação natural da vegetação nas linhas de água, com sugestões de ações de plantação ou estacaria, para as áreas onde se observe o insucesso na recuperação. • Os autores do documento realçam a importância de uma zona para a conservação da natureza na Comunidade Europeia designada por Biótopo Corine na MNL (C12300073), que é o Samouco, no entanto não fazem referência à sua localização nem ao facto de não ter ardido na sua totalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizam o Ribeiro de São Pedro de Moel tendo em conta os declives e o maior risco de erosão, mas não abordam o facto desta zona estar classificada pelo PGF como zona de recreio e lazer e a grande importância que têm para a população local, num contexto de multifuncionalidade. • Considera-se que o conceito e proposta de infraestrutura verde deveriam ser mais alargados e integrados (indo mais ao encontro do considerado pela Comunidade Europeia) e completado com o de infraestrutura azul. • Considera-se que deveriam ser ponderadas alterações às condições ecológicas nas linhas de água e de drenagem.

Tarefa (b) - Estabilização de emergência. Monitorização da erosão eólica e hídrica e definição das ações de intervenção mais eficientes

- Da pesquisa bibliográfica apresentada resulta que a erosão eólica é mais relevante do que a erosão hídrica nas matas litorais, no entanto, aconselha-se a formação de um grupo de peritos para avaliar os riscos de erosão hídrica *in-loco*, dada a falta de informação e fraca capacidade de previsão, com especial destaque para as encostas a jusante das linhas de água. Considera-se ainda necessário avaliar e mapear os riscos de erosão eólica.
- Capítulo limitado na sua análise a declives marginais às linhas de água, não abordando a orla costeira, onde surgem problemas de erosão na interface marítima, alguns com previsível tendência de agravamento em consequência da subida dos níveis médios das águas do mar. A proteção costeira contra a erosão e alagamento é um serviço prestados pelos sistemas dunares que não deve ser descurado na reflexão sobre o planeamento das Matas Litorais em geral e na Mata Nacional de Leiria em particular.
- A erosão hídrica e eólica depende também do conjunto de práticas culturais que se estabelecem no interior da mata. A orientação das plantações, as eventuais mobilizações de solo assim como outros trabalhos de gestão florestal, nomeadamente o controlo de invasoras e o corte e transporte de madeiras, que ocorrem no normal funcionamento do sistema mas também em situações pós-fogo, podem representar fatores de risco para os fenómenos de erosão e devem ser considerados no necessário planeamento.
- “Coeficientes de escoamento superficial extremamente elevados (50-80%) em experiências de simulação de chuva realizadas em plantações de eucaliptos na costa portuguesa”. A existência de eucaliptos na MNL é irrelevante.
- “Propomos avaliar e mapear o risco de erosão eólica potencial aplicando a metodologia proposta por Borreli *et al.* (2014, 2016), que se encontra descrita em detalhe na seguinte secção 2.1.1.” Onde está essa avaliação?
- Considera-se relevante que sejam avaliados os efeitos dos diferentes tipos de impactos produzidos pelas operações culturais florestais, alterações climáticas, recreio e defesa contra incêndios.
- Considera-se essencial que seja criado um sistema dinâmico e contínuo de monitorização, avaliação e implementação de medidas de precaução e minimização da erosão hídrica e eólica.

TAREFAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Tarefa 4.1 - Avaliação dos modelos de silvicultura gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É perceptível a proposta de silvicultura dinâmica, contudo ao nível dos PGF das ML tudo continuará a depender dos modelos de silvicultura propostos em sede de revisão do PROF CL, o que pode vir a contrariar algumas das propostas de melhoria aqui apresentados pela Comissão Científica. Sendo um tema em comum, não poderá a Comissão Científica dar esse contributo em sede de revisão do PROF CL? • Estudar a dinâmica da regeneração natural de modo a identificar quais os fatores e variáveis que condicionam o sucesso da regeneração nas matas nacionais do litoral, atendendo à quantidade de semente disponível no solo, às perdas por predação, à capacidade germinativa, à taxa de sobrevivência das plântulas, às características edafo-climáticas e às atividades de gestão. • Ensaia o recurso ao índice de densidade dos povoamentos para suporte à gestão da densidade dos povoamentos de pinheiro-bravo, definindo limiares adequados de lotação de acordo com os objetivos que venham a ser definidos (p.ex. maximização da produção total; obtenção de árvores para produção de madeira de dimensões superiores). • A promoção de povoamentos mistos ou de outras espécies a valorizar. • A diversidade estrutural dos povoamentos florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto à silvicultura preventiva, o documento refere que será tratado pela Comissão Científica em secção própria. Onde consta essa secção? • Sendo expectável que existam áreas de produção e proteção sem capacidade de regenerar naturalmente, não há qualquer referência aos procedimentos inerentes à análise, conservação, melhoria ou boas práticas de mobilização do solo aquando da necessidade de sementeira artificial ou adensamento. Não há referência à necessidade de avaliar o estado atual/viabilidade do banco de sementes nesses locais. • Sendo este o capítulo referente aos modelos de silvicultura gerais é redutor focar o mesmo apenas no pinheiro-bravo, uma vez que em diversos outros capítulos do relatório existem referências à necessidade de recorrer à utilização de outras espécies (dependendo das áreas e das suas funções) quer para aumentar a biodiversidade e a proteção das populações, quer para, por exemplo, melhorar as áreas com função de turismo e recreio. • Considera-se essencial prever modelos alternativos e complementares de silvicultura para as áreas sensíveis e para as áreas de equipamento de recreio, sendo que a presunção de que nestas áreas ocorram espontaneamente, como é enunciado, é manifestamente contraproducente. • Afigura-se preocupante e de reponderar o papel do turismo, recreio e lazer associado à indispensável rede de acessibilidade e mobilidade (o que implica uma abordagem não só por pontos/áreas na sua expressão territorial como também por percursos e usufrutos da paisagem), considerando a análise e conclusões manifestadas no relatório 4.3. O mesmo se considera para os demais bens e serviços passíveis de serem prestados pelos ecossistemas existentes e potenciais, considerando-se que a avaliação do retorno económico também deverá equacionar os riscos

TAREFAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Tarefa 4.2 - Modelos de silvicultura e de gestão para habitats e paisagens especialmente sensíveis (secções de proteção e margens de lagoas e linhas de água)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os autores demonstram consonância com outros, relativamente à proposta para inclusão preferencial de sobreiro, em puro ou consociado com pinheiro-manso ou bravo e outras folhosas nas envolventes às áreas edificadas. • O recurso a material de reprodução local ou regional e privilegiar a regeneração natural é de extrema importância para o processo de recuperação da área ardida, assim como para garantir a conservação genética e fenotípica das espécies. • A preocupação em manter os ecossistemas e a biodiversidade florestal, assim como assegurar a proteção física das dunas são pontos positivos e a ter em conta, mas que devem ser aprofundados do ponto de vista metodológico e aplicacional. • A monitorização é um tema importante para garantir o sucesso da gestão e recuperação destas áreas ardidas, nomeadamente da regeneração natural, do banco de sementes, da erosão, dos recursos hídricos entre outros. 	<p>associados, designadamente das alterações climáticas, pragas e doenças.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entre as espécies apontadas não há referência ao pinheiro-manso que estava presente em alguns locais de proteção. • Quando se aborda a questão das áreas protegidas e sítios da Rede Natura 2000 para a MNL, os autores não referem a existência e importância que a região do Samouco (classificada como Biótopo Corine) tem para a MNL e que alberga diversos habitats prioritários para a conservação da natureza na Europa, como por exemplo o HABITAT prioritário 2270. • Deverá ser definido um plano de inventário para as zonas de proteção e não só para as zonas de produção. • Nos “Critérios de explorabilidade para o objetivo proteção/produção” revoluções de 60 a 80 anos em áreas de menor fertilidade ou estações de menor qualidade, revelam-se demasiado curtas, uma vez que os solos são mais pobres em nutrientes e matéria orgânica, os crescimentos anuais são lentos, e o banco de sementes nem sempre tem capacidade de responder a revoluções tão curtas. • “Estas zonas (de caça municipal), pelo facto de considerarem a maximização do número de caçadores no exercício da sua atividade, constituem também uma mais-valia para a região (PMDFCI MG, 2015).” Mas não em áreas dunares sensíveis, sujeitas a acelerados processos erosivos. • Considera-se necessário ponderar melhor a compatibilidade das zonas de caça com as de recreio e de proteção, bem como as potencialidades destas como refugio e reserva. • Considera-se essencial avaliar a sensibilidade das cumeeiras (sistema seco) e o seu papel e potencialidades para assegurar o <i>continuum naturale</i> e fortalecer a rede de recreio. • Considera-se essencial que as propostas tenham em conta as capacidades de carga das diferentes áreas.

<p>Tarefa 4.3 - Modelos de silvicultura para áreas de equipamentos de turismo e recreio</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a diversidade dos povoamentos; • Promover a diversidade visual entre povoamentos, em termos de idades e espécies. • Salvaguardar uma zona de interface entre linhas de água e pontos de água, com espécies mais apreciadas para fins recreativos, numa extensão mínima de 20 metros. • Promover povoamentos mistos nas bordaduras dos talhões/parcela coincidentes com trilhos. • Criação de uma área florestal recreativa conciliando a conservação da natureza com as atividades recreativas. • Considerar e identificar as preferências dos utilizadores, atuais e potenciais, de forma a conhecer os aspetos que mais contribuem para o valor de uso recreativo. • Análise quantitativa com recurso a indicadores de manchas, classes de paisagem como suporte na tomada de decisões e apoio à gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Para além da avaliação económica seria pertinente: promover a avaliação do estado fitossanitário das árvores nesses locais, avaliar o risco de queda e o risco para pessoas e bens; promover planos específicos de intervenção para a renovação/recuperação dessas áreas e áreas afetadas pelo incêndio de 2017, promover uma silvicultura preventiva atendendo aos fatores bióticos e abióticos e alterações climáticas que possam colocar pessoas e bens em risco nessas áreas. • Considera-se que deveria ser inventariada, analisada e estruturada a rede de circulação pedonal, viária e de serviço numa perspetiva equilibrada e de integrada das funções de recreio, proteção e produção da MNL assumindo o seu papel essencial na prevenção de riscos e valorização da paisagem (com conseqüente valor económico e social), enquanto ecotonos.
<p>Tarefa 5 - Participação pública e sensibilização</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Referência à necessidade de se produzirem novos Planos de Gestão Florestal (PGF), adequados às novas condições. • Abordagem à necessidade de promover a capacitação para a participação pública. • Salienta-se a grande necessidade de melhorar a imagem dos cidadãos sobre as matas litorais e a sua gestão, objetivo para o qual a aplicação de metodologias de participação pública são essenciais, devendo as mesmas ser conduzidas por uma “equipa de facilitação independente”, “sem ligação ao ICNF”. 	

